

SIMULADO

2ª FASE

XXVII EXAME DE ORDEM DA OAB

DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

2º Simulado OAB

XXVII Exame de Ordem

Olá, pessoal!

Este é nosso **segundo simulado com correção em VÍDEO apenas**. A correção do simulado será realizada **hoje, dia 12.01.2019, às 14h, no Canal do Estratégia OAB no Youtube.**

Bons estudos!

Prof. Renan Araujo



Peça Prático-Profissional

Victor foi condenado definitivamente pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, na forma do art. 33, §4º da Lei 11.343/06 (tráfico privilegiado), tendo sido fixada a pena final em 04 anos de reclusão, além de 500 dias-multa.

A referida sentença transitou em julgado no dia 11.05.2015, tendo Lucas iniciado o cumprimento da pena privativa de liberdade no dia 25.06.2015, em regime semiaberto.

No dia 20.09.2016, Victor praticou falta grave no curso da execução penal.

Em 25.05.2018 a defesa de Victor requereu ao Juízo o benefício do livramento condicional, sustentando que Victor já havia cumprido considerável parte de sua pena, preenchendo, portanto, os requisitos para a obtenção do benefício.

O Juízo da 04ª Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro/RJ, todavia, analisando o pleito de Victor, indeferiu o benefício do livramento condicional. Sustentou o Juízo que o requisito objetivo para a concessão do livramento condicional no caso de Victor seria o cumprimento de mais de 2/3 da pena imposta, vez que se trata de tráfico ilícito de entorpecentes, crime equiparado a hediondo. Como a pena foi fixada em 04 anos de reclusão, 2/3 da referida pena equivalem a 32 meses, ou seja, 02 anos e 08 meses.

O Juízo argumentou, todavia, que apesar de Victor ter cumprido pena entre 25.06.2015 e 25.05.2018 (02 anos e 11 meses, portanto), a prática de falta grave em 20.09.2016 interrompeu o prazo para a obtenção do livramento condicional, motivo pelo qual, em 20.09.2016, o prazo para a obtenção do benefício voltou a correr por inteiro, ou seja, desde a data da falta grave, Victor cumpriu somente 01 ano e 08 meses de pena.

A decisão foi proferida em 20.07.2018, tendo a defesa sido intimada em 26.07.2018, com o mandado juntado aos autos em 30.07.2018.

Atento ao caso narrado, e apenas considerando as informações contidas no texto (de forma expressa ou implícita), redija, na qualidade de advogado de Victor, a peça cabível para impugnar a decisão, sustentando todas as teses pertinentes à defesa de seu cliente, datando- a do último dia do prazo.

Peça Processual - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	

93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	

124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Questão Discursivas 01

Tiago praticou o delito de roubo com emprego de arma branca (faca), tendo sido condenado definitivamente pela prática do referido delito a uma pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, na forma do art. 157, §2º, I do CP. O Juízo fixara a pena-base em 04 anos, aumentando a pena em 01 ano e 04 meses em razão da majorante do emprego de arma. Após cumprir 01 ano da pena imposta, a Lei 13.654/18 entra em vigor, revogando a majorante do art. 157, §2º, I do CP, embora tenha criado a majorante do art. 157, §2º-A, I do CP (majorante do emprego de arma de fogo).

A partir do texto acima, responda de forma fundamentada:

a) A alteração legislativa beneficia Tiago? Fundamente de forma completa. **(0,6 pontos)**

b) Qual o pedido que deve ser formulado em favor de Tiago? Qual o Juízo competente para apreciar o pedido? Fundamente de forma completa. **(0,65 pontos)**

Questão 01 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 02

José, sabendo que Maria era filha de um grande empresário da cidade, resolve sequestrá-la com o fim de exigir R\$ 200.000,00 como pagamento pelo resgate.

No dia 10.01.2018, José leva a cabo seu plano criminoso e sequestra Maria, quando esta saía da faculdade, em São Paulo/SP. Levada para o cativo, em Campinas/SP, Maria é lá mantida enquanto José negocia o pagamento com a família.

Após algumas diligências, a polícia identifica o local em que Maria se encontrava, e em 20.02.2018, sem mandado judicial, estoura o cativo e realiza a prisão de José, libertando Maria.

Atento ao caso narrado, responda:

- a) Qual é a tipificação completa do crime praticado por José? Qual o Juízo competente para processar e julgar o delito? Fundamente. **(0,60 pontos)**
- b) A prisão realizada foi válida? Fundamente. **(0,65 pontos)**

Questão 02 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 03

Jonas entrou em um bar localizado na cidade de São Paulo/SP, e, mediante o emprego de uma faca, ameaçou o dono do estabelecimento, exigindo a entrega de todo o dinheiro do caixa. O dono do estabelecimento, todavia, implorou a Jonas que não levasse o dinheiro, pois se tratava de pequena quantia, que mal dava para cobrir as despesas do bar. Jonas, então, comovido, guarda sua arma e vai embora, sem nada levar.

As câmeras de segurança, todavia, registraram toda a ação, e o dono do bar vai à delegacia para noticiar o ocorrido.

Considerando os fatos narrados, responda:

- a) Qual o crime praticado por Jonas? Fundamente de forma completa. **(0,60 pontos)**
- b) Qual é a natureza da ação penal relativa a tal delito? Qual será o Juízo competente para processar e julgar o delito? **(0,65 pontos)**

Questão 03 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 04

Pedro subtraiu para si um aparelho de televisão avaliado em R\$ 800,00, pertencente a Patrícia. Segundo narra a inicial acusatória, Pedro teria ingressado na residência no momento em que Patrícia se encontrava trabalhando, e após pular o muro de 3,00m de altura, teve acesso ao jardim da casa, entrando na garagem e subtraindo o aparelho de televisão, que já não estava sendo utilizado pela vítima, e se encontrava guardado na garagem.

A denúncia foi recebida em 10.06.2018, imputando a Pedro o crime de furto qualificado, art. 155, §4º, II do CP, tendo sido determinada a citação de Pedro. O oficial de justiça, contudo, compareceu ao local algumas vezes, em horários diferentes, tendo percebido que Pedro, apesar de residir ali, estava se esquivando, para não receber a citação, pois não atendia a porta e, ao perceber a chegada do oficial de justiça, apagava as luzes da casa.

Atento ao caso narrado, responda:

- a) Qual a tese de direito material deve ser sustentada em favor de Pedro? Fundamente. **(0,60 pontos)**
- b) Qual é a modalidade de citação cabível neste caso? O que irá acontecer se, devidamente citado, Pedro não se defender nem constituir advogado? Fundamente. **(0,65 pontos)**

Questão 04 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

